

- 1 NOV 1997

2 JORNAL DO BRASIL

6 em Brasil

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

O risco do descrédito

Na virada de segunda para terça-feira desta semana, o governo brasileiro deparou-se com uma realidade tenebrosa: o Brasil estava mesmo inspirando grande desconfiança nos investidores estrangeiros e passava a ser, depois das baixas nas bolsas da Ásia, o motivo de maior preocupação no mercado internacional.

No governo ninguém gosta de usar oficialmente o termo, mas o que se iniciava ali era um ataque especulativo ao real. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, por exemplo, não usa a expressão por nada nesse mundo, mas deixa bem evidenciada a gravidade do caso:

“Se a avaliação estava certa ou errada – e ao nosso ver estava errada –, não importa, o que interessa é que tivemos de lidar com uma situação real de deterioração de expectativas”, dizia ontem o ministro, depois de uma semana de cão, em que o país gastou reservas e “não teve outro jeito” a não ser praticamente dobrar as taxas de juros básicas. “Há riscos que não vale a pena correr”, considerava o ministro, sob o olhar de concordância do secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros.

“Demos uma resposta firme aos que não acreditavam que o compromisso maior deste governo é com a manutenção da estabilidade da moeda e reafirmamos que tudo vai continuar exatamente como está.”

O perigo iminente que correu o real foi afastado, a intervenção do Banco Central impediu o “barco de afundar” – para usar as palavras ditas nessa mesma conversa pelo secretário-executivo do ministério, Pedro Parente –, mas Malan não conseguia ontem ainda fazer previsões de qualquer natureza.

A instabilidade das bolsas, segundo ele, pode durar ainda “dias ou semanas”, e as taxas dos juros, embora Malan diga que a alta seja “temporária”, ficam na dependência da reação do mercado.

Quanto à quantidade de reservas utilizadas pelo Brasil, o ministro da Fazenda preferiu não assumir como verdadeiro nenhum dos números que estão sendo divulgados – até pelo próprio governo – como o volume de dinheiro gasto pelo Banco Central para conter a especulação em dólar e manter o teto da banda cambial.

“Boa parte dos dólares comprados pelo mercado continuará aqui dentro e será recomprada para a recomposição das reservas.”

O ministro da Fazenda considera que essa foi a primeira crise realmente globalizada, onde o medo da teoria do contágio de fato atingiu o mundo todo. A crise do México, em 1994, ficou circunscrita a efeitos regionais, mais sobre a Argentina e, em menor grau, sobre o Brasil.

Na época, a equipe econômica avaliou que o Brasil não sofreria a mesma evasão de capitais ocorrida no México pelo simples fato de que os dois países viviam situações inteiramente diferentes. Os mexicanos, além da guerrilha em Chapas, viviam, e por muito tempo ainda viveram, grave crise política com o governo de Carlos Salinas.

Hoje, na análise de Malan e Mendonça de Barros, o Brasil evidentemente também passa por uma fase diferente da dos países asiáticos. Na economia, enquanto aqui a era dos investimentos estrangeiros está apenas no começo, lá as nações entram no ocaso desse ciclo, além de sofrerem a brutal concorrência da China, que agora incorpora Hong Kong. Na política, há instabilidade e regimes não-democráticos.

“Realmente tivemos de lidar com uma situação de deterioração de expectativas.”
Pedro Malan

Malan faz questão de lembrar, porém, que, em ambos os casos, alertou para o fato de que o Brasil não poderia jamais se considerar imune ao contágio. O ministro, realmente, no final da semana passada, no início da crise asiática, repetiu o lembrete durante uma palestra.

Mas ontem era evidente que o susto desta semana acabou superando qualquer previsão. Depois da Ásia, as atenções dos investidores passaram a se concentrar sobre o Brasil, num ambiente de total incerteza, e todas as consultas de estrangeiros eram a respeito do que aconteceria aqui.

Os mercados emergentes são encarados como se fossem uma coisa só e, na hora de buscarem recursos de que necessitam, os investidores vão obviamente para onde há grande volume de dinheiro aplicado – o caso das bolsas brasileiras – e países percebidos como de futuro incerto. Na hora da explosão, não se presta atenção em diferenças internas.

“Não adianta a gente ficar dizendo isso ou aquilo para as pessoas porque nesse momento elas não estão interessadas em saber como lidamos com nossos problemas domésticos”, resumia Malan.

O ministro disse isso para introduzir o assunto das reformas, a respeito do qual trataremos com detalhes aqui, amanhã. A necessidade dessas mudanças é fundamental justamente porque funcionam como o sinal concreto “de que a sociedade tem capacidade de definir o seu caminho”. E isso sim é que é, na opinião dele, eficiente para firmar a percepção no mundo de que o Brasil é digno de credibilidade.

“Mas, nesse momento, só vamos conseguir isso se o Congresso, a sociedade e a oposição se convencerem de que a correção de nossas fragilidades implica necessariamente o avanço das reformas, não apenas constitucionais, e que isso é tarefa coletiva, de todo o país, e não missão exclusiva de um governo e muito menos tema de campanha eleitoral.”